



(DE)COLONIALIDADE NO ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

Vanderlene Ferrassoli Santos Vasconcelos (POSLLI/UEG)
Cristiane Rosa Lopes (POSLLI/UEG)

Roda de Conversa – Ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras

RESUMO

O presente trabalho traz uma revisão teórica dos conceitos de modernidade e colonialidade, a fim de propiciar uma melhor compreensão do processo histórico e de forma é possível pensar a decolonialidade no âmbito da educação, mas especificamente no ensino/aprendizagem de línguas no Brasil. Nessa direção, traz discussões sobre elementos constituintes da configuração modernidade/colonialidade: colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2007, 2009), interculturalidade (WALSH, 2007), interculturalidade crítica (CANDAU; RUSSO, 2010), decolonialidade (WALSH, 2013), dentre outros. Trata-se de um estudo que adota como procedimento metodológico a revisão bibliográfica, a fim de compreender e levantar discussões sobre a necessidade de desenvolvimento de pedagogias transgressivas e decoloniais, como forma de propiciar processos educacionais que possam subverter os padrões impostos e normatizados nas práticas escolares. Além disso, apresenta como exemplo uma pesquisa realizada no Brasil, que desenvolveu ações alternativas como forma de transgredir práticas tradicionais de educação linguística (FABRÍCIO, 2017), que limitam a construção de sentidos na sala de aula. Este estudo visa contribuir para a discussão sobre colonialidade/decolonialidade na arena educacional, e desta forma, estimular práticas decoloniais nos processos de ensino/aprendizagem de línguas, que possam auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e descentralizada dos modelos hegemônicos políticos e socioculturais.

Palavras-chave: Colonialidade. Decolonialidade. Educação linguística.

INTRODUÇÃO

A colonialidade, de acordo com Mignolo (1992), é uma invenção eurocêntrica que se espalhou pelo mundo e ganhou força com o capitalismo. As relações de colonialidade atravessam as diferentes esferas sociais, e tem como principal elemento o controle do poder. Essas relações de poder se dão em escalas diferentes, como por exemplo, em relação a força



do trabalho, em relação ao gênero e ao sexo. A colonialidade tem sobrevivido e tomado novas formas nas sociedades pós-modernas e desconstruir o pensamento colonial é, ainda hoje, um desafio.

O princípio para a constituição do pensamento decolonial requer uma nova forma de educação dos povos e, para isso, é preciso que haja um ensino crítico que promova práticas pedagógicas que venham a romper com os modelos culturais hegemônicos. Para Candau e Russo (2010), o ensino deve ser na perspectiva intercultural crítica, que é uma estratégia ética e política.

Tendo em vista essas questões, o presente artigo tem como objetivo explorar a questão da colonialidade no âmbito da educação de línguas no Brasil. Nesse sentido, a princípio são apresentados alguns termos como colonialidade, decolonialidade e interculturalidade, como também um breve percurso histórico a fim de apresentar como esses termos surgiram e se relacionam com o contexto social atual. Promove também uma discussão sob os elementos constituintes da configuração modernidade/colonialidade, além de aprofundar na questão da colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2007, 2009).

Trata-se de um estudo que adota como procedimento metodológico a revisão bibliográfica, a fim de compreender e levantar discussões sobre a necessidade de desenvolvimento de pedagogias decoloniais, como forma de propiciar processos educacionais que possam subverter os padrões impostos e normatizados nas práticas escolares.

Entender a colonialidade para se pensar a decolonialidade

O termo colonialidade surgiu a partir dos estudos do projeto modernidade/colonialidade, organizado por um grupo de pesquisadores do qual Anibal Quijano, Walter D. Mignolo e Catherine Walsh faziam parte. Esse projeto não só trouxe à tona a discussão sobre a natureza dos aspectos frutos da modernidade, como abriu caminho para a construção de uma abordagem epistêmica e crítica que possibilita o rompimento com o pensamento colonial.

Nesse sentido, é preciso distinguir colonialismo da colonialidade, uma vez que, de acordo com Quijano (2009), o primeiro está diretamente ligado à organização estrutural de



dominação e exploração tanto do controle da autoridade política, quanto dos recursos de produção e do trabalho. Já a colonialidade é mais complexa e profunda, já que ela tem firmado raízes na subjetividade. Portanto, para o autor, apesar dessa ser mais recente é também a mais duradoura. Maldonado-Torres (2007) traz a seguinte definição para colonialidade.

A colonialidade se refere a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, ao contrário se refere a forma como, o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131)

Para o autor, a questão da modernidade é fator propulsor dos processos de colonização e ao mesmo tempo que celebra suas conquistas, ela esconde um lado escuro, que é a colonialidade. Dessa forma, a “colonialidade é constitutiva da modernidade, portanto, não há modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2011, p. 03).

Para Mignolo (2007, 2011), o fato de se entender a modernidade como um dos principais fatores de colonialidade, é para o autor, por si só o princípio do desenvolvimento do pensamento decolonial. No entanto, essa lógica deixa de fora algumas faces da colonialidade, como a pobreza. Ou seja, o véu sob o qual se camufla os aspectos negativos da modernidade tende a ser complexo, no entanto seus efeitos afetam todo o mundo.

De acordo com Quijano (2009), o movimento de colonização na América Latina pelos europeus não só subjugou os povos nas relações físicas e políticas, mas penetrou no imaginário coletivo alguns conceitos bipares, justificados por essa lógica da modernidade que ainda se manifestam até hoje. Esse pensamento vem ao encontro com as ideias de Fabrício (2009), que também descreve a colonialidade como fruto de uma lógica dicotômica que:

[...] pensam o mundo e a existência de modo binário, sem nuances, aprisionando-os em categorizações totalizantes - norte/sul, desenvolvido/subdesenvolvidos, produtivo/improdutivo, racional/irracional, natureza/cultura, heterossexual/homossexual, etc.- e escalas bem sedimentadas, previamente definidas. Os pares opostos embutem a hierarquização de seus termos e sua valoração segundo um escalonamento dual que, atribuindo positividade, normalidade e visibilidade ao primeiro, denigre e despreza o segundo. (FABRÍCIO, 2016, p. 28)



Logo, essa lógica bípore tem sobrevivido e contribuído para a manutenção do pensamento colonial, contribuindo para a perpetuação das desigualdades e discriminação racial, social e de gênero. Assim, a princípio, a colonialidade era justificada pela manutenção do progresso, por uma modernidade que subjugava os povos nas diferentes esferas políticas-sociais e culturais.

E o que seria então a decolonialidade? Silva (2013) responde a essa questão apresentando e diferenciando descolonização e decolonialidade.

A descolonização significa processo de superação da colonização territorial - *posse colonial* - enquanto que “a decolonialidade” significa o processo de superação cultural da colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza. A decolonialidade é uma espécie de descolonização - ontológica, epistemológica, metodológica e axiológica - cultural que rompe com as cadeias mentais (culturalmente invisíveis) que nos mantêm reféns da visão e do pensamento - eurocêntricos/norte americanos - que “naturalizam” os vários padrões globais de poder que operam sobre raça, conhecimento, ser e natureza. (SILVA, 2013 p. 479-480)

Portanto, pensar a colonialidade como um processo necessário da modernidade, é antes de tudo justificar os conflitos embutidos nesse processo, como medida necessária para um bem comum. No entanto, a história nos mostrou que acima de tudo são práticas que envolvem o silenciamento e o apagamento social e cultural dos povos dominados. Sendo assim, urge a necessidade de políticas sociais que propiciem romper com modelos cristalizados da colonialidade.

As diferentes faces da colonialidade

As relações sociais se dão em escalas diferentes e não de forma linear e homogênea, e a história é marcada por lutas e disputas pelo controle dos diferentes grupos socioculturais. Para Quijano (2009), as relações pelo controle do poder não são algo estruturado de forma harmônica, pelo contrário, os papéis que os indivíduos assumem pelo domínio central do poder, além de serem conflituosos, consistem em disputas violentas com vitórias e derrotas e podem apresentar resistências, bem como evoluções e retrocessos.

Quijano (1992) define três formas distintas de colonialidade: do poder, do ser e do saber, que estão intrinsecamente ligadas às formas de organização social e às formas como as



relações sociais são estabelecidas. Candau e Russo (2013) sintetizam da seguinte forma:

A colonialidade do poder refere-se aos padrões de poder baseados em uma hierarquia (racial, sexual) e na formação e distribuição de identidades (brancos, mestiços, índios, negros). [...] a colonialidade do saber refere-se ao caráter eurocêntrico e ocidental como única possibilidade de se construir um conhecimento, considerado científico e universal, negando-se outras lógicas de compreensão do mundo e produção de conhecimento, consideradas ingênuas ou pouco consistentes. A colonialidade do ser supõe a interiorização e subalternização de determinados grupos sociais, particularmente os indígenas e negros. (CANDAU; RUSSO, 2010, p. 165)

Dessa forma, as relações de poder orientam a colonialidade e compreendem que o capitalismo acentua e norteia as distribuições de poder nas sociedades (QUIJANO, 1992, 2007; WALSH, 2013). Assim, as relações de poder são heteróclitas, portanto, não são limitadas à questão do capital-trabalho como na visão marxista. Para Quijano (2009), essas relações são complexas e conflituosas, logo, é possível afirmar que um mesmo indivíduo pode assumir papéis diferentes, no que diz respeito ao controle por exemplo do trabalho, da subjetividade e do sexo.

Outro tipo de colonialidade é a do saber, que refere-se ao impacto do pensamento eurocêntrico nas ciências sociais. De acordo com Mignolo (2003, 2007), esse conceito também tem em suas raízes a colonialidade do poder, ao promover um conceito hegemônico da soberania eurocêntrica do conhecimento. Nesse sentido, a “colonialidade do saber tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes do pensamento colonial” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). Logo, esse tipo de colonialidade gera uma suposta supremacia do conhecimento de um grupo dominante e subalterna as demais formas de conhecimentos.

Conforme Silva (2003), as relações que demandam o conceito de colonialidade do saber na América Latina têm como discurso articulador o desenvolvimento, e essa ideia é reforçada pelos sistemas formais de ensino como se fora algo revolucionário e difundido ainda nos meios de comunicação. No entanto, são conceitos e estratégias adotados de modelos eurocêntricos ou então centrados em padrões norte-americanos.

Já no que diz respeito a colonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007, p. 130) explica que ela refere-se a vivência da colonização e seu impacto na linguagem. Portanto, a



colonialidade do ser diz respeito aos impactos na vida dos indivíduos, principalmente na linguagem, e se considerarmos que é a partir da língua que o homem conceitua o mundo ao seu redor, é através da linguagem que ele se expressa. Logo, essa colonialidade vai influenciar na construção identitária do indivíduo passando a influenciar na sua própria maneira de se enxergar no mundo.

Fabrício (2017, p. 29) complementa essa ideia ao dizer que “[...] dentro de um sistema de saber-poder abrangente - operacionaliza uma série de binarismos estereotipados (entre os quais raça e sexualidade constituem referências centrais)”. Essa dualidade é fruto da concepção do pensamento eurocêntrico, que institui no imaginário coletivo valores positivos para um lado e negativos para o outro. No entanto, o autor ainda adverte que, para uma mudança da visão colonial para uma perspectiva que ele chama de descolonial, não bastaria apenas destruir ou rejeitar as construções sócio-históricas já solidificadas pela repetição, pelo contrário, para que isso ocorra é preciso:

[...] conhecê-las, reconhecer seus efeitos concretos e embrenhar-se na dinâmica de ter clareza do ‘não mais’ (o que se repete, mas que se quer deixar para trás) e investir no ‘não ainda’, em seu nível emergente, incerto, e imprevisível do presente e do futuro, plenos de possibilidades plurais. (FABRÍCIO, 2017, p. 29-30)

Portanto, a negação dessas construções sócio-históricas não é o caminho para o desprendimento dos aspectos de colonialidade. O binarismo e os valores atribuídos a um elemento, como forma de desvalorizar ou anular o outro, ainda permeiam a nossa sociedade nas diferentes relações e, portanto, o reconhecimento desse processo de construções é que permitirá construir novos paradigmas epistemológicos para a promoção de um pensamento decolonial.

Ensino/aprendizagem de línguas em perspectiva decolonial

Considerando a diversidade multicultural do país, é preciso que se expanda o ensino de língua de forma que possam ser incorporadas ações nos currículos escolares que venham a privilegiar diferentes pessoas e saberes. Para Pennycook (2006, 2007), é preciso desenvolver uma pedagogia crítica para transformar o



contexto sociopolítico educacional, o que exige ações transgressivas e decoloniais.

Entretanto, desenvolver práticas transgressivas no ensino de línguas ainda é um desafio, visto que viemos de uma cultura cerceada de modelos de práticas de ensino padronizadas e repetitivas. Nessa direção, um trabalho desenvolvido por Fabrício (2017), realizado em uma instituição militar traz um exemplo de uma prática transgressiva e decolonial. A pesquisadora, em conjunto com a professora, criou um *blog* e elas propuseram uma atividade na qual os alunos participaram contextualizando o conteúdo do currículo escolar. Neste caso, o tema era o iluminismo, com diferentes modalidades textuais (imagens, vídeos, e textos escritos) dos mais diversos assuntos. Os alunos participaram deixando suas impressões sobre o que assimilaram do conteúdo, bem como suas impressões pessoais sobre os temas disponíveis no *blog*.

A motivação principal para a produção do website e do material nele presente era o histórico do racismo e homofobia da instituição, cuja persistência a professora buscava abordar pedagogicamente em sua prática educacional. No *blog*, tal ação se concretizava na integração ao currículo oficial de tarefas reflexivas que levassem o/as interagentes a explorar temas sociais importantes e produzir articulações entre “a História de ontem e a História em construção no aqui e agora”. Esse objetivo promoveu “encontros digitais” qualitativamente diferenciados que, de muitos modos, romperam com expectativas normativas forjadas por uma colonialidade persistente na arena educacional. (FABRÍCIO, 2017, p.18)

Apesar do conteúdo da proposta estar relacionada a disciplina de História, o trabalho desenvolvido é com a Língua Portuguesa. Assim, ao emitirem suas opiniões sobre os temas apresentados, os alunos criticaram alguns padrões sociais, como o preconceito e a homofobia, e deixaram suas opiniões sobre como acreditam que deveria ser uma sociedade mais justa. A proposta, dessa forma, rompeu com modelos estruturantes e homogeneizantes. Segundo Fabrício (2017), se as atividades fossem analisadas pelos padrões colonizantes, onde os parâmetros são comprometidos com uma ideia de “[...] monolinguísmo, linearidade, pureza linguística e gramatical, neutralidade e atividade descontextualizada [...]” não seria possível a compreensão da atuação e performance dos estudantes. Pode-se dizer que este trabalho vai ao encontro com a ideia de pedagogia crítica apresentada por Pennycook (2007), quando diz que ela busca não só compreender, mas questionar o contexto social e político, além de promover práticas pedagógicas que possibilitam mudar os formatos da educação e da sociedade. São,



portanto, essas práticas transgressoras que dão condições aos aprendizes de refletir sobre seu próprio mundo, aliando a aprendizagem do currículo escolar a um contexto social real.

Considerações finais

Este trabalho apresentou um panorama geral sobre os processos históricos relacionados a questão modernidade/colonialidade, de forma a dar uma visão geral sobre os aspectos que propiciaram pensar a decolonialidade nas diferentes esferas sociais, mais especificamente no que diz respeito ao ensino de línguas no Brasil. Fica evidente que as construções históricas que marcam o processo de colonialidade na América Latina partem de um processo complexo, ditado principalmente pelo controle do poder, que, por sinal, são frutos da modernidade, que esconde atrás da retórica do desenvolvimento e do progresso um lado escuro e sombrio, onde as desigualdades e discriminações sociais, raciais e de gênero são justificadas e anuladas (QUIJANO, 2009; MIGNOLO 2003, 2007, 2011).

No que diz respeito à educação e ao ensino de línguas, outro aspecto abordado nesse artigo é a interculturalidade, que é entendida como estratégia ética e política para o desenvolvimento do pensamento decolonial (CANDAU; RUSSO, 2010). O ensino de línguas nessa perspectiva permite desvelar racismos e outras injustiças sociais, uma vez que questiona os discursos de poder da cultura homogeneizante vigentes na sociedade.

Esta pesquisa contribui para a discussão sobre colonialidade/decolonialidade e para o estímulo a um ensino de língua na perspectiva crítica e decolonial, de forma que possa auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e descentralizada dos modelos hegemônicos políticos e socioculturais.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, V.M. F. *Educación Intercultural Crítica: Construyendo caminos*. In: WASH, C. (ed.). **Pedagogías Decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir. Quito-Ecuador, 2013.
- CANDAU, V. M. F; RUSSO, K. **Interculturalidade e educação na américa latina**: uma construção plural, original e complexa. Ver. Diálogo Educ., Curitiba, v.10. Curitiba, 2010.
- FABRÍCIO, B. F. Processos de Ensino-Aprendizagem, Educação Linguística e Decolonialidade. In: ZOLIN-VESZ, F. (org.). **Linguagens e Decolonialidades: Práticas**



linguagens e produção de (des) colonialidades no mundo contemporâneo. Campinas, SP: Pontes, 2017.

MIGNOLO, D.W. *Introducion: Coloniality of power and de-colonial thinking*. Cultural Studies. 2007: disponível em: www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502380601162498. Acesso em: 20 de junho de 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la Colonialidad del Ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, W. D. **Ther darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options**. Duke University Press, Durham-Londres, 2011.

MIGNOLO, W. D. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica”. En Boaventura de Sousa Santos (ed.).

Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ‘ciências’ revistado (pp. 631-671). Lisboa: Edições Afrontamento, 2003.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada (in)disciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. Mahwah, NJ. Laurence Associates, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação social. In: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P. (orgs). **Epistemologias do Sul**. GRÁFICA DE COIMBRA, LTDA. Palheira-Assafarge. Coimbra, 2009.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Perú Indígena, Lima(?), n. 13(29), 1992.

WALSH, C. *Introducción. Lo Pedagógico Y Lo Decolonial: Entretejiendo caminos*. In: WALSH, C. (ed.). **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Quito-Ecuador, 2013.